

Archer é o primeiro na queda de três ministros

Ivan Mendes, do SNI, recebeu a carta de demissão. Furtado e Luiz Henrique podem sair hoje

O ministro Renato Archer, da Previdência Social entregou ontem à noite sua carta de demissão ao ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Hoje é praticamente certo que os ministros Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura, também apresentem ao presidente José Sarney seus pedidos de demissão.

A demissão coletiva dos ministros do PMDB foi decidida ao que tudo indica na reunião ocorrida à noite

na residência de Archer, da qual participaram o presidente da Constituinte e do partido, deputado Ulysses Guimarães, e vários líderes peemedebistas na Constituinte. Ao sair da reunião, o senador Almir Gabriel afirmou que Archer acabara de decidir seu pedido de demissão, e que iria comunicá-lo ao ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys.

Archer saiu de sua residência às 22h15 e voltou

meia hora depois, mas não esteve na residência do general Bayma Denys. Indo sim à do ministro Ivan de Souza Mendes. No início da noite algumas das pessoas que estiveram com Archer na Previdência confirmaram sua intenção de entregar o cargo. Tanto no Ministério como em sua residência, Archer evitou qualquer contato com a imprensa. Durante a reunião com Ulysses, ele permitiu a entrada dos fotógrafos, mas retirou-se da sala no momento das fotos.

MARCOS HENRIQUE



Antonio Carlos: para ele, Renato Archer traiu Sarney ao jogar com informações

Sarney: Não faço apelo a ministros

líder do PFL, voltou à carga e novamente sustentou que Archer já devia ter sido demitido.

Prisco, Antônio Carlos e Lourenço foram à Base Aérea esperar pelo presidente Sarney, que chegou às 20h40, procedente de Tefé, no Alto Amazonas, onde presidiu a solenidade de início da exploração comercial de petróleo do complexo de Uruçu. Sarney ficou por mais 30 minutos conversando com Magalhães, e com os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Ivan de Souza Mendes, do SNI; Jader Barbalho, do Desenvolvimento e da Reforma Agrária; João Alves Filho, do Interior; e Rubens Bayma Denys, do Gabinete Militar.

O presidente Sarney estava sorridente, não parecendo que o resultado tinha sido adverso. Mas não quis falar. Um repórter pediu uma "palavrinha, Presidente", ele respondeu simplesmente "boa-noite". Ao deixar a Base Aérea, por volta das 21h25, ele acenou para os jornalistas. Na mão levava uma lista de 40 pontos, entregue pelo deputado Ricardo Fiuzzi, que vão ser negociados no segundo turno. O parlamentar disse que pelo menos 20 pontos serão aprovados mediante acordo.

Prisco Viana acha que a derrota do Governo não vai mudar o relacionamento entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. Disse que Sarney cumpriu o seu dever ao fazer o pronunciamento, assim como Ulysses ao falar no plenário da Constituinte.

"Não farei apelo a quem quer que seja para permanecer no ministério". O recado do presidente José Sarney foi transmitido ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, depois de falar por telefone, por volta das 18 horas, com Sarney, que se encontrava em Tefé, na região do Alto Amazonas, onde foi presidir a solenidade de início da produção comercial de petróleo do complexo de Uruçu. A resposta de Sarney foi para a série de boatos que circulava em Brasília sobre o pedido de demissão de três ministros do PMDB: Renato Archer, da Previdência Social; Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, todos ligados ao deputado Ulysses Guimarães.

Depois de transmitir o recado de Sarney, o ministro Costa Couto, quando retornava para o seu gabinete, afirmou que oficialmente não tinha chegado nada no Palácio do Planalto, reconhecendo, entretanto, que existia o boato da queda do ministro Archer. Ele era econômico nas palavras e a todo momento pedía para voltar a sua sala, onde continuaria uma reunião com vários ministros. O seu pedido não tinha fundamento, porque o encontro tinha terminado momentos antes.

O ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, ao deixar o gabinete de Costa Couto, pediu desculpas aos jornalistas, porque não podia falar, demonstrando tranquilidade. Quando um repórter perguntou se o ministro Archer tinha lhe en-

tregue o pedido de demissão, como se informou nos corredores do Palácio do Planalto, ele disse: "Não sei. Eu ignoro", e foi para o seu gabinete, dizendo que o ministro Costa Couto tinha descido para prestar esclarecimentos.

O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Batista de Abreu, que também participava da reunião, disse que desconhecia o pedido de demissão de Archer. Ele alegou que estava muito ocupado discutindo o projeto de lei para o orçamento da União de 1988 e com a reunião do Conselho Monetário Nacional. Abreu passou a tarde com o consultor-geral da Presidência, Saulo Ramos, que procurou descer pelo elevador privativo quando viu os jornalistas.

Substituto vem com governadores

EDUARDO BRITO
Editor de Política

O novo ministro da Previdência Social será escolhido pelo presidente Sarney levando em conta as reivindicações e preferências dos governadores — peemedebistas como os demais — que ficaram a seu lado durante as lutas da Assembleia Nacional Constituinte. Essa era a certeza ontem, tanto entre os amigos de Archer que participaram de sua última reunião como ministro, na Península, quanto entre as figuras mais próximas a Sarney.

A carta de apenas dez linhas que Archer redigira pela manhã sobreviveu a várias tentativas de retrada — partidas até de Ulysses Guimarães — até ser levada a Sarney, ontem mesmo, pelo general Ivan de Souza Mendes. Ulysses conseguiu unir atrás de si o PMDB da Constituinte, levando quase 200 de seus integrantes a votarem sim e só dois a ficarem com o não. Mas é no mínimo duvidoso que a mesma proporção acompanhe um rompimento com o Governo, como indica-

va, em tese, a saída de Archer.

Caso ela venha mesmo a ser acompanhada da demissão de outros ministros ligados a Ulysses, representará aquilo que todos os participantes da reunião na casa de Archer esperavam: o divisor de águas que marcaria o desembarque do PMDB do navio do Governo. Um desembarque que terá muito a ver com as eleições municipais deste ano e que encontrará sua caracterização no novo diretório do partido.

Bem que Ulysses Guimarães tentou evitar esse ponto de não retorno. Embora o discurso que fez perante a Constituinte tivesse muito de resposta a Sarney, a verdade é que, até a noite de ontem ele tentou demover Archer de pedir demissão e desencadear esse processo. Mas não deu. Archer já está fora e o problema, hoje, é saber quantos do PMDB o acompanhará. Um palpite de quem estava ontem no Planalto: muita gente do partido apoiará uma chapa de oposição ao Governo, no diretório, mas na prática estará com o Governo.

ACM acusa ministro de desleal

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, afirmou ontem, na Base Aérea de Brasília, que o ministro da Previdência e Assistência Social, Renato Archer, foi desleal com o presidente José Sarney, porque forneceu informações verdadeiras para o Governo e falsas para os constituintes. Para o ministro, Archer devia pedir demissão, porque não fica bem ele continuar participando da equipe ministerial. Antônio Carlos, por outro lado, defendeu os ministros Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura, afirmando que eles não tiveram o mesmo procedimento do seu colega da Previdência.

Se Antônio Carlos Magalhães foi enfático ao defender a demissão de Archer o mesmo não aconteceu com o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana. Ele disse que não comentaria o assunto, por considerar de competência do Presidente, mas observou que Sarney utilizou no seu discurso as informações prestadas por Archer. Ele comentou que um ministro deve pedir demissão quando não está satisfeito. Por outro lado, o Presidente deve demitir o ministro quando acha que ele não está sendo leal. O deputado José Lourenço,

Governo aponta a contradição

No documento confidencial que o ministro Renato Archer enviou ao Palácio do Planalto consta que apenas dois dos doze itens que no anteprojeto da Carta criam despesas para a Previdência provocarão um gasto extra de Cz\$ 1 trilhão 22 bilhões. Para o Governo, o ministro deliberadamente tentou indispor-lo com a opinião pública, ao declarar posteriormente que os gastos eram suportáveis. Isto porque, no mesmo texto, o ministro assinala que tais cálculos dependem de mudanças no segundo turno, com a supressão de uma longa lista de emendas, mas manteve na íntegra o artigo 200, que engorda o orçamento de sua pasta.

PMDB perde máquina de voto

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Só mesmo numa situação de rompimento muito drástica do PMDB com o Governo do presidente José Sarney, o partido abriria mão do Ministério da Previdência e Assistência Social. Isso por que a Previdência é hoje o Ministério mais cobiçado desta República, pela sua importância política e pela capacidade quase imbatível de fabricar votos.

Neste momento em que se inicia a batalha eleitoral e ainda sob o impacto da divisão interna, o PMDB poderá sofrer duro golpe com a perda da Pasta que detém o maior orçamento da União e cargos espalhados em todos os municípios brasileiros, do Olapoque ao Chui.

SEM CRISE

Individualmente o orçamento do Ministério da Previdência representa metade do Orçamento Geral da União, internamente só perde em recursos para o orçamento do Estado de São Paulo e é maior do que o orçamento de vários países da América Latina. Neste ano de 1988, indiferente à situação de crise generalizada no País, o orçamento da Previdência chegou a nada menos que Cz\$ 4.064 trilhões. O Orçamento Geral da União contribui com apenas 1,6% para este montante, quando, desde a lei que criou a Previdência o Governo deveria repassar 12%. Além de não estar utilizando todos os recursos da União a que teria direito, os Estados e prefeituras são os maiores devedores do Ministério.

Mas o maior poder político do Ministério da Previdência é armazenado nas milhares de agências do IAPAS, INPS, FUNRURAL, FUNABEM, LBA e outros órgãos que funcionam nas mais remotas localidades do País inteiro. Os agentes de uma destas instituições, seja em Marabá (PA) ou em Cruz Alta (RS) detêm um poder

político e influências eleitorais nada desprezíveis.

"Qualquer um aceitar o sacrifício de administrar o Ministério da Previdência", comenta um profundo conhecedor de sua estrutura, o deputado Arnaldo Faria de Sá (P/SP), alertando para o fato de que tem muita gente de olho na vaga do ministro Renato Archer. A ação de sua Pasta, segundo o constituinte Almir Gabriel (PMDB/PA), atinge cerca de 25 milhões de trabalhadores e suas famílias. Pelas vias indiretas, pelo menos 75 a 90 milhões de brasileiros mantêm alguma forma de relacionamento com a Previdência.

SUPERAVIT

Desde 1984, quando assumiu o ministro Waldir Pires, o Ministério da Previdência tem fechado o seu orçamento com superávit, o que foi garantido nas gestões de Raphael de Almeida Magalhães e agora com Renato Archer. Foi ainda a partir de 84 que o Ministério teve sua estrutura modificada, com a ampliação da prestação de serviços médicos não só a seus segurados como também às pessoas carentes não-contribuintes.

O INPS, ligado ao Ministério da Previdência, vem assumindo todo o programa de saúde do Ministério da Saúde, relativo aos não-contribuintes. Até mesmo o programa de combate à AIDS está sendo subsidiado pela Previdência. "Inclusivamente a compra de preservativos que são distribuídos à população", revela Faria de Sá.

Mas se depender do líder do PFL, José Lourenço, principal interessado no Ministério da Previdência, e do ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, Renato Archer já teria desocupado a Pasta há algum tempo. De forma mais deliberada eles dois vêm articulando a indicação de um outro baiano para o cargo, sendo o nome mais forte o do deputado Constituinte Benito Gama (PFL/BA), forte aliado de Antônio Carlos Magalhães.

Velho adversário de Sarney

Rio O maranhense Renato Bayma Archer da Silva, de 65 anos, foi o terceiro ministro da Previdência e Assistência Social na Nova República. Ele entrou no lugar de Raphael de Almeida Magalhães, que substituiu Waldir Pires.

Filho do ex-governador maranhense Sebastião Archer, deputado federal pelo PSD duas vezes (1954-1955) e ex-vice-governador do Maranhão (1950-1955), Renato Archer foi cassado em 1968, quando era o secretário-geral da Frente Ampla — grupo que tentou reunir em torno de um programa comum as conflitantes figuras políticas de João Goulart, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Ele só voltaria à vida pública dez anos depois, pelas mãos de Ulysses Guimarães, seu velho amigo.

Archer nunca pensou em assumir o comando do Ministério da Previdência. Sempre sonhou com o Itamarati, mas ficou com o Ministério da Ciência e Tecnologia, criado pelo presidente Tancredo Neves.

Sua turbulenta relação com Sarney quase o impediu de assumir o cargo. A final, até março de 1985 Ar-

cher era o mais renitente adversário do Presidente na política maranhense. Neste mesmo mês, quando Sarney assumiu a Presidência da República, ele cogitou de não tomar posse na Ciência e Tecnologia. Acabou demovido da idéia por Ulysses, que, antes da formação oficial da Aliança Democrática, procurara fazer do amigo o vice de Tancredo.

Neste Ministério, ele se destacou como fervoroso defensor da lei de informática brasileira, votada pelo Congresso em outubro de 1984, que instituiu a reserva de mercado para a fabricação e comercialização de computadores de pequeno porte às indústrias nacionais.

Em outubro de 1987, Archer foi convidado para substituir Raphael de Almeida Magalhães na Previdência. Relatou, alegando sua estreita ligação com os assuntos da Ciência e Tecnologia. Mas, em meio à nova crise do PMDB com o Governo e novamente pressionado por Ulysses, acabou tomando posse no dia 22 daquele mês, numa grande festa dos peemedebistas históricos.

Handwritten note: não fazer apelo